

RECURSO ESPECIAL Nº 1.864.630 - RS (2020/0051767-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : MARIA DE LOURDES WERNECK
ADVOGADO : LUCAS VIRGILIO MEDEIROS DA SILVA - PR062946A
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA DE LOURDES WERNECK, com fulcro na alínea “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fls. 138/139):

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. REQUISITOS LEGAIS. NÃO PREENCHIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA MATERIAL SUFICIENTE PARA A COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL. CARÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. CAUSA DECIDIDA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARTIGO 485, IV, DO CPC.

1. Para fins de comprovação do exercício da atividade rural, não se exige prova robusta, sendo necessário, todavia, que o segurado especial apresente início de prova material (artigo 106 da Lei nº 8.213/91), corroborado por prova testemunhal idônea, a teor do artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, sendo admitidos, inclusive, documentos em nome de terceiros do mesmo grupo familiar, nos termos da disposição contida no enunciado nº 73 da Súmula do TRF da 4ª Região.

2. Hipótese em que a falta de precisão e consistência dos depoimentos e a escassez de provas materiais impedem o reconhecimento do direito ao benefício de aposentadoria rural por idade, porquanto não preenchidos os requisitos contidos no artigo 143 da Lei nº 8.213/91.

3. Verificada a ausência de conteúdo probatório material eficaz a instruir a inicial, conforme estabelece o artigo 320 do CPC, resta configurada a hipótese de carência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, o que implica decidir a causa sem resolução do mérito, consoante os termos do artigo 485, IV, do CPC.

Nas razões recursais, a recorrente alega que o acórdão recorrido deu interpretação divergente ao art. 55, § 3º, da Lei 8.213/1991 da que havia dado o Superior Tribunal de Justiça, ao argumento de que trouxe farto início de prova material de sua atividade rural, devidamente corroborado por prova testemunhal.

Requer, ainda, a inversão dos ônus sucumbenciais e a majoração da verba honorária para 20% sobre o valor da condenação.

Sem contrarrazões. Juízo positivo de admissibilidade consta às e-STJ fls. 225/226.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do

novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que o Tribunal de origem julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade à parte recorrente e julgou extinta a ação, como se lê do seguinte trecho (e-STJ fls. 187/189):

DO CASO CONCRETO

A parte autora implementou o requisito etário em 8 de março de 2014 (evento 1.4) e requereu o benefício na via administrativa em 4 de julho de 2017 (evento 1.7). Assim, deve comprovar o efetivo exercício de atividades agrícolas nos 180 (cento e oitenta) meses anteriores ao implemento de qualquer um dos requisitos legais exigidos pela legislação previdenciária, mesmo que de forma descontínua, isto é de março de 1999 a março de 2014 (IDADE) ou de julho de 2002 a julho de 2017 (DER).

Como início de prova material do labor rurícola, constam dos autos os seguintes documentos: a) Autorização de notas fiscais de produtor, em nome do cônjuge da autora, ano de 2017 (evento 1.8); b) Cadastro de Produtor Rural, em nome do cônjuge da autora (evento 1.9); c) Nota fiscal de produtor rural, em nome do cônjuge da autora, ano de 2016 (eventos 1.11 a 1.16); d) Certidão de casamento, constando a profissão de ambos como agricultores, ano de 2006 (evento 36.2).

Na audiência de instrução e julgamento realizada em 21 de fevereiro de 2019, foram inquiridas as testemunhas Calisto José Cardozo, José Sanches Pereira e Valdeci Alexandre, as quais confirmaram o exercício de atividades rurais realizadas pela autora, em regime de economia familiar, na propriedade rural denominada Fazenda Variante, no Acampamento Herdeiros da Luta, na região de Porecatu-PR, no período de carência.

Ocorre que a prova material é extremamente frágil, além da certidão de casamento, há apenas uma nota fiscal juntada aos autos, a qual está em nome do cônjuge da autora e refere-se apenas ao ano de 2016, penúltimo ano do período de carência.

A prova apresentada, portanto, é insuficiente.

Por isso, não é possível afirmar, com juízo de certeza necessário para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade, que a autora se dedicou às atividades rurais durante o período de carência.

Assim, não restou comprovado o alegado labor rural da autora no período da carência exigido pela legislação previdenciária. A prova material carreada aos autos é insuficiente para a demonstração da sua condição de segurado especial, não configurando início de prova material.

As testemunhas relatam o labor rural durante certo tempo de sua vida, mas somente as provas testemunhais não são aptas levar a concessão do benefício.

A propósito do tema, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou o enunciado nº 149 da sua Súmula, que consolidou o entendimento no sentido de não ser admissível prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço com fins previdenciários.

Nesse contexto, a falta de precisão e consistência dos depoimentos e a escassez de provas materiais impedem o reconhecimento do direito ao benefício de aposentadoria rural por idade, porquanto não preenchidos os requisitos contidos no artigo 143 da Lei nº 8.213/91.

Todavia, em casos como o da presente demanda, de impossibilidade da concessão do benefício de aposentadoria rural por idade em face da ausência de conteúdo probatório eficaz, notadamente pela insuficiência da prova material acostada com a inicial, o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no julgamento do REsp nº 1.352.721/SP, cuja ementa foi lavrada nos seguintes termos:

(...)

5. A ausência de conteúdo probatório eficaz a instruir a inicial, conforme determina o art. 283 do CPC, implica a carência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, impondo a sua extinção sem o julgamento do mérito (art. 267, IV do CPC) e a consequente possibilidade de o autor intentar novamente a ação (art. 268 do CPC), caso reúna os elementos necessários à tal iniciativa. 6. Recurso Especial do INSS desprovido. (REsp nº 1.352.721/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ-e de 28-4-2016).

Nessa linha, portanto, verificada a ausência de conteúdo probatório válido para instruir a inicial, conforme estabelece o artigo 320 do CPC, resta configurada a hipótese de carência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, o que implica decidir a causa sem resolução do mérito, consoante os termos do artigo 485, IV, do CPC.

Decorrentemente, resta oportunizado à parte autora o ajuizamento de nova ação, caso obtenha outras provas do trabalho agrícola alegado que não teve possibilidade de utilizar nesta demanda.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, prevalece a compreensão de que "certidões de nascimento, casamento e óbito, bem como certidão da Justiça Eleitoral, carteira de associação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e contratos de parceria agrícola são aceitos como início da prova material", desde que neles estejam consignados a profissão como rurícola (EResp 1.171.565/SP, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, Terceira Seção, julgado em 22/02/2015, DJe de 05/03/2015).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. SENTENÇA QUE RECONHECE O DIREITO À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL PELO PERÍODO DE CARÊNCIA. DOCUMENTOS EM NOME DO CÔNJUGE. POSSIBILIDADE.

AGRAVO REGIMENTAL DO INSS DESPROVIDO.

1. Esta Corte firmou o entendimento, no julgamento do Recurso Especial 1.321.493/PR, representativo da controvérsia, sendo Relator o Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 19.12.2012, e que, considerando a inerente dificuldade probatória da condição de trabalhador boia-fria, a apresentação de prova material somente sobre parte do lapso temporal pretendido não implica violação da Súmula 149/STJ, cuja aplicação é mitigada se a reduzida prova material for complementada por idônea prova testemunhal.

2. Da mesma forma, no julgamento do REsp. 1.348.633/SP, da relatoria do Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, esta Corte, examinando a matéria concernente à possibilidade de reconhecimento do período de trabalho rural anterior ao documento mais antigo apresentado, consolidou o entendimento de que a prova material juntada aos autos possui eficácia probatória tanto para o período anterior quanto para o posterior à data do documento, desde que corroborado por prova testemunhal.

3. O Superior Tribunal de Justiça firmou posicionamento segundo o qual as certidões de nascimento, casamento e óbito, bem como certidão da Justiça Eleitoral, carteira de associação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e contratos de parceria agrícola são aceitos como início da prova material, nos casos em que a profissão rural estiver expressamente consignada (EResp. 1.171.565/SP, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, DJe de 5.3.2015). 4. Agravo Regimental do INSS desprovido.

(AgRg no AREsp 320.558/MT, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA

FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 30/03/2017).

Entretanto, impende registrar que, sobre o tema da comprovação documental contemporânea, o "Superior Tribunal de Justiça já pacificou a compreensão de que, para demonstração do trabalho rural, é necessário o início de prova material, sendo desnecessário que abranja todo período de carência, exigindo-se, contudo, que robusta prova testemunhal amplie sua eficácia probatória" (STJ, AgRg no AREsp 115.850/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe de 20/06/2016), o que não ocorreu à espécie.

A propósito:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FALECIMENTO DO SEGURADO ANTES DA MODIFICAÇÃO DO ART. 74 DA LEI 8.213/1991. TERMO INICIAL FIXADO NA DATA DO ÓBITO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. ABRANGÊNCIA DE TODO O PERÍODO PRETENDIDO. DESNECESSIDADE. EXTENSÃO DA EFICÁCIA PROBATÓRIA PELA PROVA TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE.

1. Colhe-se dos autos que o óbito do segurado ocorreu em data anterior à alteração do art. 74 da Lei 8.213/1991 (fl. 191, e-STJ). Dessa forma, o termo inicial do benefício deverá ser fixado na data do falecimento do segurado instituidor da pensão.

2. Conforme o consignado no REsp 1354908/SP, submetido à sistemática dos Recursos Especiais repetitivos (Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 10/02/2016), "o início de prova material do exercício de atividade rural nem sempre se refere ao período imediatamente anterior ao requerimento do benefício rural. E este entendimento restou sedimentado no julgamento do recurso representativo da controvérsia REsp 1.348.633/SP".

3. Assim, conforme afirma a jurisprudência, os documentos trazidos aos autos pelo autor, caso caracterizados como início de prova material, podem ser corroborados por prova testemunhal firme e coesa e estende-se tanto para períodos anteriores como posteriores aos documentos apresentados.

4. Com efeito, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que não há necessidade de contemporaneidade da prova material com todo o período do exercício de atividade rural que se pretende comprovar, devendo haver ao menos um início razoável de prova material contemporânea aos fatos alegados, desde que complementada mediante depoimento de testemunhas.

5. Recurso Especial de Emidio Fagundes provido. Agravo em Recurso Especial do INSS não provido. (REsp 1.702.241/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017) (Grifos acrescidos).

No caso dos autos, tem-se que a sentença, confirmada pelo aresto regional, reconheceu a inconsistência da prova testemunhal apresentada (e-STJ fls. 138 e 188).

Dessa forma, verifica-se, no acórdão recorrido, que o Tribunal de origem decidiu a questão ora ventilada com base na realidade que delineou à luz do suporte fático-probatório constante nos autos, cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

Por fim, quanto ao recurso especial interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional, a análise do dissídio jurisprudencial está prejudicada em razão da aplicação da Súmula 7 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Outrossim, tenho por prejudicado o pleito de majoração da verba honorária.

Nos termos do disposto no art. 85, § 11, c/c o art. 98, VI, §§ 2º e 4º, do CPC de 2015, deve ser fixada a verba honorária recursal, inclusive ao beneficiário da assistência judiciária gratuita, exceto em ações acidentárias, nos termos do art. 129, parágrafo único, da Lei 8.213/1991.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial. Majoro os honorários recursais em 10% (dez por cento) sobre o valor já fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC de 2015. Suspensa a exigibilidade por se tratar de beneficiário de justiça gratuita, conforme dicção do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator